

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDH/ UFG

Ricardo Barbosa de LIMA

Professor Faculdade de Ciências Sociais – UFG – Brasil

Vilma de Fátima MACHADO

Professora Faculdade de Direito – UFG – Brasil

Karemme Ferreira de OLIVEIRA

Acadêmica Faculdade de Enfermagem – UFG – Brasil

Rejane Kelly de LACERDA

Acadêmica Faculdade de Educação Física – UFG – Brasil

RESUMEN

Em 1999, a Universidade Federal de Goiás - Brasil, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura lançava o Programa de Direitos Humanos (PDH/UFG), que passou a integrar de forma interdisciplinar e interunidade o trabalho de seus técnico-administrativos e docentes. O PDH/UFG ao mesmo tempo que procurava, no âmbito externo, responder às demandas da sociedade com vista ao planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas na área de formação e capacitação em Direitos Humanos, no âmbito doméstico, procurava dar sistematicidade às diferentes ações de seu corpo acadêmico (docente, discente e técnico) comprometido com a implementação de uma cultura de defesa dos direitos humanos em suas áreas de atuação. No entanto, o processo de integração das ações de pesquisa, ensino e extensão não se deu linearmente e de forma espontânea, havendo processos de disputas (avanços e retrocessos) no interior da universidade. Este trabalho tem como objetivo descrever e problematizar os desafios enfrentados nessa trajetória de institucionalização. Os principais achados revelam que o processo de articulação e consolidação do PDH/UFG não ocorreu sem custos, tanto institucionais (externalidades positivas e negativas) quanto pessoais. Houve momentos em que o PDH/UFG enfrentou dificuldades de funcionamento, ficando sem projetos cadastrados por mais de dois anos. Isso se deu, segundo os entrevistados, por vários motivos: falta de financiamento; articulações interunidades fragilizadas (falta de regulamentação de programas inter-unidades); aposentadoria e/ou afastamento de pesquisadores para pós-graduação; disputas/falta de um espaço físico de referência no interior da Universidade; ações discriminatórias tais como denúncias homofóbicas e censura política e administrativa frente às ações do PDH; questionamento sobre a elaboração e coordenação de projetos por técnico-administrativos e não por docentes, mesmo diante da qualificação destes para tal, por setores da administração. Agora, reconhecido institucionalmente. A meta do PDH/UFG é desafiar, para transformar esse acúmulo em um programa de pós-graduação interdisciplinar, stricto sensu gestado e fundado pela experiência de luta, pela institucionalização da extensão em Direitos Humanos no interior da universidade brasileira.

Palavras Chave: <Extensão em Direitos Humanos>; <Desafios da Institucionalização>; <Preconceitos e Discriminação>.

A CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDH/ UFG

Ricardo Barbosa de LIMA
Professor Faculdade de Ciências Sociais – UFG – Brasil
Wilma de Fátima MACHADO
Professora Faculdade de Direito – UFG – Brasil
Karemme Ferreira de OLIVEIRA
Acadêmica Faculdade de Enfermagem – UFG – Brasil
Rejane Kelly de LACERDA
Acadêmica Faculdade de Educação Física – UFG – Brasil

Introdução

Em 1999, a Universidade Federal de Goiás - Brasil, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura lançava o Programa de Direitos Humanos (PDH/UFG), que passou a integrar de forma interdisciplinar e inter-unidade o trabalho de seus técnico-administrativos e docentes ligados ao Museu Antropológico/MA, à Faculdade de Direito/FD, à Rádio Universitária/RU, à Faculdade de Medicina/FM, ao Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública/IPTSP e ao Núcleo de Estudos da Criança e ao Adolescente/NECASA.

No presente, o PDH/UFG também conta com a participação de integrantes da comunidade acadêmica do Instituto de Estudos Socioambientais/UFG, dos *Campi* Cidade de Goiás e Jataí, do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Descendentes/NEAAD/UFG e do Núcleo de Estudo e Pesquisa de Gênero e Sexualidade/ SER-TÃO/UFG. Este último Grupo de Pesquisa, vale ressaltar, hoje já com autonomia e identidade própria, surgiu de iniciativas de pesquisadores e projetos iniciados e desenvolvidos a partir do PDH/UFG.

Internamente a criação do PDH/UFG visou articular as atividades que cada uma dessas unidades/órgãos vinha desenvolvendo na área dos Direitos Humanos (pesquisas, formações, ações de assistência, participações em conselhos, programas radiofônicos, publicações) e externamente, buscou integrar ações dos três grandes atores sociais apontados como vetores fundamentais na implementação de soluções para os problemas relacionados à questão dos direitos humanos, políticas sociais e da segurança pública no Brasil: a comunidade acadêmica, a sociedade civil organizada e os gestores públicos.

Hoje somos mais de 30 pesquisadores (docentes, técnicos administrativos e estudantes da UFG, bem como, de outras instituições) envolvidos em projetos de extensão, ensino e pesquisa em atividade cadastrados na UFG.

Este trabalho tem como objetivo descrever e problematizar os desafios enfrentados nessa trajetória de institucionalização. Utilizou-se como

metodologia: a pesquisa documental (arquivos, materiais bibliográficos, projetos cadastrados junto à Universidade) e entrevistas com participantes e fundadores do Programa.

A Institucionalização do Programa de Direitos Humanos

O PDH/UFG ao mesmo tempo em que procurava, no âmbito externo, responder às demandas da sociedade com vista ao planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas na área de formação e capacitação em Direitos Humanos, no âmbito doméstico, procurava dar sistematicidade às diferentes ações de seu corpo acadêmico (docente, discente e técnico) comprometido com a implementação de uma cultura de defesa dos direitos humanos em suas áreas de atuação. Hoje a UFG reconhece institucionalmente o PDH/UFG que conta inclusive, desde maio último, com sede própria (132,2m²). No entanto, o processo de integração das ações de pesquisa, ensino e extensão não se deu linearmente e de forma espontânea, havendo processos de disputas (avanços e retrocessos) no interior da universidade.

No ato de lançamento do Programa foi firmado um convênio institucional entre a UFG e o Movimento Nacional de Direitos Humanos/MNDH (uma rede de defesa dos direitos humanos que articula mais de 400 entidades em todo Brasil) para o desenvolvimento de cursos, pesquisas na área de segurança pública e direitos humanos que resultou na publicação, por parte da UFG, de três volumes da Série Violência em Manchete (MNDH/Editora da UFG).

Núcleos e Redes Associados ao PDH/UFG

Ser-Tão – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

GED – Grupo de Estudos da Democracia

Pdh

PDH/Pesquisas – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos

Rede Goiana de Pesquisa em Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania

Rede Goiana de Pesquisa em Violência Urbana

Rede Goiana de Pesquisa em Direitos Humanos e Violência Criminalizada

Principais Projetos Desenvolvidos

Além das ações de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidas pelos núcleos/redes/grupos vinculados ao PDH/UFG, destacam-se as seguintes ações que o programa coordenou diretamente:

Projetos Concluídos:

- i. Especialização em Direitos Humanos. Carga Horária: 496 h. (2001). Resultados: 45 pessoas capacitadas (policiais civis e militares, gestores públicos municipais – Prefeitura de Goiânia –, operadores e militantes de DH, estudantes universitários, professores da rede pública de ensino). Parceiros externos: Secretaria de Especial dos Direitos Humanos (SEDH/PR); Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), UNESCO; Regional Centro-Oeste do MNDH; SSP-GO; PDH/UFG; Programa de Direitos Humanos da Universidade Católica de Goiás (PDH/UCG); IBRACE;
- ii. Programa radiofônico “O advogado responde” (1999), que contou com a participação de professores e estudantes da área do direito, em uma série de programas veiculados por rádios AM e FM do Estado de Goiás no atendimento direto às solicitações de esclarecimentos ou denúncias dos ouvintes.
- iii. Curso de Extensão: “Educação em Direitos Humanos: Cultura da Paz e Cidadania”. Carga Horária: 120 h. (2002/2003). Resultados: 400 pessoas capacitadas (profissionais da rede municipal de ensino). Parceiros externos: Secretaria Municipal de Educação; Assessoria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia;
- iv. Curso de Extensão: “Direitos Humanos e Cotidiano”. Carga Horária: 60 h. (2000/2001). Resultados: 60 pessoas capacitadas (policiais civis e militares, operadores e militantes de DH, estudantes universitários). Produtos: 08 programas em VHS sobre os temas do curso, 01 livro texto com trabalhos dos professores e dos melhores alunos do curso. Parceiros externos: SEDH/PR, UNESCO; Regional Centro-Oeste do MNDH; SSP-GO; Fundação Rádio e Televisão Educativa/UFG (Fundação RTVE/UFG); Televisão Brasil Central (TBC – Cultura canal 13);
- v. Curso de Extensão: “Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania”. Turma 01. Carga Horária: 180h. (2006/2007). Resultados: 54 pessoas capacitadas (profissionais da rede municipal de ensino, estudantes universitários e educadores populares). Parceiros externos: Secretaria Estadual de Educação; IBRACE; UNESCO; SEDH/PR.
- vi. Curso de Extensão: “Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania”. Turma 02. Carga Horária: 180h. Ano: (2007). Resultados: 60 pessoas capacitadas (profissionais da rede municipal de ensino). Parceiros externos: SESu/MEC (PROEXT 2006), Regional Centro-Oeste do MNDH; IBRACE; Grupo Colcha de Retalhos; NAJUP – Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular;

Projetos em Andamento:

i. Projeto “Estruturação e Fortalecimento do Comitê Estadual em Educação em Direitos Humanos do Estado de Goiás (CEEDH) (2009)”. A proposta visa principalmente: a) formar profissionais na área de educação em direitos humanos; b) produzir material didático-pedagógico e de divulgação que possibilite a replicação dos conteúdos e a multiplicação de sua ação formadora na área dos Direitos Humanos; c) estruturar e assessorar o CEEDH, com vistas à elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Tem como coordenação a Universidade Federal da Goiás, por meio do seu Programa de Direitos Humanos, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembléia Legislativa de Goiás, tendo sido lançado no dia 31/03/2009.

ii. Projeto “Capacitação de educadores da rede básica de ensino em Educação em Direitos Humanos” (2008/2009). Trata-se de uma ação estratégica do eixo Educação Básica do PNEDH, dentro das diretrizes do Plano Mundial de Educação. Coordenado pela Universidade Federal da Paraíba por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, com o apoio da SECAD-MEC, o Projeto tem como parceiro no âmbito nacional o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Participam 15 unidades da Federação: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe.

iii. Relatório Periódico de Direitos Humanos Brasil - Projeto de Apoio aos trabalhos em prol dos Direitos Humanos no Brasil (2008-2009). O objetivo do projeto é contribuir no processo de monitoramento dos compromissos com a realização dos DhESC no Brasil. Desde o ano de 2007, o PDH/UFG vem assessorando essa articulação em parceria com o Instituto Brasil Central.

iv. Especialização em Educação para Diversidade: Direitos Humanos e Cidadania. Modalidade EAD. (2009-2010). O projeto será executado em 10 pólos (a selecionar) onde a UFG já desenvolve cursos em rede vinculados à Universidade Aberta do Brasil - UAB. Cada pólo oferecerá 30 vagas e a Região Metropolitana também 30 vagas. Desta maneira, o Curso qualificará, ao final, 300 pessoas.

v. Pesquisas realizadas pelas seguintes redes: Rede Goiana de Pesquisa em Diversidade, Direitos Humanos e Cidadania; Rede Goiana de Pesquisa em Violência Urbana; Rede Goiana de Pesquisa em Direitos Humanos e Violência Criminalizada.

Conclusões

Os principais achados revelam que o processo de articulação e consolidação do PDH/UFG não ocorreu sem custos, tanto institucionais (externalidades positivas e negativas) quanto pessoais. Houve momentos em que o PDH/UFG enfrentou dificuldades de funcionamento, ficando sem projetos cadastrados por mais de dois anos. Isso se deu, segundo os entrevistados, por vários motivos: falta de financiamento; articulações interunidades fragilizadas (falta de regulamentação de programas inter-unidades); aposentadoria e/ou afastamento de pesquisadores para pós-graduação; disputas/falta de um espaço físico de referência no interior da Universidade; ações discriminatórias tais como denúncias homofóbicas e censura política e administrativa frente às ações do PDH; questionamento sobre a elaboração e coordenação de projetos por técnico-administrativos e não por docentes, mesmo diante da qualificação destes para tal, por setores da administração.

Perseguindo a meta de integrar ações de ensino-pesquisa-extensão, neste momento o PDH congrega três Núcleos de Pesquisas sendo, laboratório de três Redes de Pesquisas Estaduais. Reunindo assim, de forma interdisciplinar e interdepartamental, mais de 30 pesquisadores e 12 bolsistas. Agora, reconhecido institucionalmente. A meta do PDH/UFG é desafiar, para transformar esse acúmulo em um programa de pós-graduação interdisciplinar, *strito sensu* gestado e fundado pela experiência de luta, pela institucionalização da extensão em Direitos Humanos no interior da universidade brasileira.

Referências Bibliográficas

Bittar, Eduardo G; TOSI, Giuseppe. Democracia e Educação em direitos humanos numa época de insegurança. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008. 345p.

Carbonari, Paulo César. Direitos Humanos: sugestões pedagógicas. – Passo Fundo: Instituto de Filosofia Berthier, 2008. 68p.

Lima, Ricardo Barbosa de (Org.) ; Goya, I. (Org.) ; Silva, M. L. M. (Org.); Santos, P. S. (Org.) . Direitos Humanos e Cotidiano. 01a ed. Goiânia: Bandeirante, 2001. v. 1000. 328 p.

Lima, Ricardo Barbosa de . Mecanismos eficazes de Implementação dos Direitos: o desafio brasileiro. In: Ricardo Barbosa de Lima; Luiz Goya; Magno L. Medeiros da Silva; Pedro Sérgio dos Santos. (Org.). Direitos Humanos e Cotidiano. 01a ed. Goiânia: Bandeirantes, 2001, v. , p. 35-42.

Lima, et al. Relações Raciais e Grupos Socialmente Segregados. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999.

Siqueira, J. C. A. . Assessoria jurídica popular - constatações e desafios. Desenvolvimento e Cidadania, São Luís/MA, v. 18, p. 55-59, 1996.

Siqueira, J. C. A. (Org.) . Manual de Direitos Humanos. São Luís/MA: Estação Produções Ltda., 1998. v. 1. 80 p.

Silveira, Rosa Maria Godoy et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p.

Sousa, José Geral et al. Educando para Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004. 256p.

Zenaide, Maria de Nazaré Tavares. Capacitação de Professores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos. Disponível on line <http://www.redhbrasil.net/index.php> no dia 07 de março de 2009 às 14hs.